



CÂMARA NORMATIVA E RECURSAL
Ata da 149ª reunião, realizada em 16 de dezembro de 2020

1 Em 16 de dezembro de 2020, reuniu-se ordinariamente a Câmara Normativa e
2 Recursal (CNR) do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), por meio
3 de videoconferência realizada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e
4 Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). Participaram os seguintes membros
5 titulares e suplentes: o presidente suplente Yuri Rafael de Oliveira Trovão,
6 representante da SEMAD. Representantes do poder público: Ariel Chaves
7 Santana Miranda, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e
8 Abastecimento (Seapa); Rafael Augusto Fiorine, da Secretaria de Estado de
9 Desenvolvimento Econômico (Sede); Verônica Ildfonso Cunha Coutinho, da
10 Secretaria de Estado de Governo (Segov); Newton Reis de Oliveira Luz, do
11 Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea-MG);
12 Lidiane Carvalho de Campos, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e
13 Mobilidade (Seinfra); Adenilson Brito Ferreira, da Polícia Militar de Minas Gerais
14 (PMMG); Hilcéia Reis Teixeira, da Comissão de Meio Ambiente e
15 Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa do Estado de Minas
16 Gerais (ALMG); Enio Marcus Brandão Fonseca, do Ministério do Meio Ambiente
17 (MMA); Licínio Eustáquio Mol Xavier, da Associação Mineira de Municípios
18 (AMM). Representantes da sociedade civil: Denise Bernardes Couto, da
19 Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Ana Paula Bicalho
20 de Mello, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais
21 (Faemg); João Carlos de Melo, do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram); Hélcio
22 Neves da Silva Júnior, da Câmara do Mercado Imobiliário de Minas Gerais (CMI-
23 MG); Henrique Damásio Soares, do Conselho da Micro e Pequena Empresa da
24 Fiemg; Lígia Vial Vasconcelos, da Associação Mineira de Defesa do Ambiente
25 (Amda); Tobias Tiago Pinto Vieira, do Movimento Verde de Paracatu (Mover);
26 Rafael Maia Nogueira, da Universidade do Estado de Minas Gerais (Uemg); Luís
27 Antônio Coimbra Borges, da Universidade Federal de Lavras (Ufla); Geraldo
28 Majella Guimarães, da Associação dos Engenheiros de Minas do Estado de Minas
29 Gerais (Assemg). **Assuntos em pauta. 1) HINO NACIONAL BRASILEIRO.**
30 Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente Yuri Rafael
31 de Oliveira Trovão declarou aberta a 149ª reunião da Câmara Normativa e
32 Recursal. **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.**
33 Lucas Marques Trindade/Ministério Público do Estado de Minas Gerais: “Boa
34 tarde a todos os colegas conselheiros, ao público que nos assiste. É uma
35 satisfação integrar este Colegiado. Aproveito o espaço para colocar o Ministério
36 Público à disposição de todos, assumindo o compromisso de atuar, de maneira
37 firme, em prol da correta aplicação da lei, mas, evidentemente, sempre respeitoso

38 em relação a todos, aberto ao diálogo, como de praxe.” Presidente Yuri Rafael de
39 Oliveira Trovão: “Seja bem-vindo, Dr. Lucas. Assim como o Dr. Francisco, o
40 senhor tem toda a nossa admiração. É uma honra e um prazer tê-lo aqui. Nós
41 sabemos que o senhor irá contribuir muito com esta Câmara. Considerando que
42 ainda não publicado o ato, eu vou fazer da prerrogativa que nós temos no artigo
43 38 do Regimento Interno: ‘Poderão ser convidados pelo presidente das estruturas
44 colegiadas do COPAM para participarem das reuniões, com direito a voz e sem
45 direito a voto, pessoas e instituições relacionadas a matéria constante na pauta.’
46 Então eu estou convidando o Dr. Lucas para participar da nossa reunião conforme
47 previsão do artigo 38 do nosso Regimento Interno.” Lucas Marques
48 Trindade/Ministério Público do Estado de Minas Gerais: “Conquanto não
49 publicado o ato público que me nomeia e os demais integrantes do Ministério
50 Público para o Colegiado, já foi encaminhado à SEMAD o ofício respectivo com a
51 nomeação. Em virtude de questões cronológicas mesmo, foi impossível fazê-lo
52 anteriormente, dada a transição entre duas administrações, com a posse e
53 exercício do novo procurador-geral de Justiça acontecendo na semana passada.
54 Então eu gostaria que fosse computada a presença do Ministério Público como
55 instituição. Em relação ao exercício do direito a voto, o Ministério Público já vem
56 não exercendo esse direito por recomendação da Corregedoria. Não há qualquer
57 prejuízo em relação a isso.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Doutor
58 Lucas, o Regimento Interno, em relação a essa parte, não deixa muito claro. Em
59 relação à presença, nós encaminharemos depois essa solicitação do senhor,
60 iremos fazer uma consulta formal à AGE para ver essa questão de presença.
61 Porque o Regimento não faz diferenciação da ausência, quando motivada ou não,
62 fala somente em ausência. Embora o senhor esteja presente, ainda não tem o
63 ato.” Conselheiro Newton Reis de Oliveira Luz: “É um prazer estar participando
64 novamente das reuniões do COPAM, uma vez que tivemos bons contatos durante
65 o período da CMI. Mas, representando o Conselho Regional de Engenharia, eu
66 não, necessariamente, represento a entidade que está representada pelo colega
67 Geraldo Majella, a Associação dos Engenheiros de Minas. A título de
68 conhecimento da Presidência, nós estamos fazendo um rodízio de conselheiros,
69 entre o titular, que sou eu, e os dois suplentes, Cláudio e Antônio Geraldo, de
70 maneira que cada um possa ter a oportunidade de se manifestar em nome do
71 Conselho de Engenharia.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. É um
72 prazer tê-lo conosco.” **4) EXAME DA ATA DA 148ª REUNIÃO**. Aprovada por
73 unanimidade a ata da 148ª reunião da Câmara Normativa e Recursal, realizada
74 em 25 de novembro de 2020, com as seguintes alterações: – Linhas 136 a 139,
75 nova redação: “Tanto o decreto de cobrança e as questões relativas à cobrança
76 em nenhum momento serão pautados nesta Câmara do COPAM. Essas
77 competências estão na Política Estadual de Recursos Hídricos, e não na Política
78 Estadual de Meio Ambiente.” – Linha 363, onde está escrito ‘Carolina Miranda
79 Lopes de Almeida’, leia-se ‘Ana Carolina Miranda Lopes de Almeida’; – Linha 365
80 a 374, realizar ajustes de redação conforme solicitado pela Secretaria Executiva.

81 – Linha 189, onde está escrito “e também contrário”, leia-se “e também voto
82 contrário”; – Linha 190, onde está escrito “Nos”, leia-se “Nós”. Votos favoráveis:
83 Seapa, Sede, Segov, Crea, Seinfra, PMMG, ALMG, MMA, AMM, Fiemg, Faemg,
84 Ibram, CMI, Conselho da Micro e Pequena Empresa, Amda, Mover, Uemg, Ufla e
85 Assemg. **5) MUNICIPALIZAÇÃO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL: CURSO**
86 **EAD - DESCENTRALIZAÇÃO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL.**
87 **Apresentação: SEMAD.** Geovana Santos/SEMAD fez apresentação sobre
88 descentralização do licenciamento ambiental. O conteúdo da exposição foi
89 disponibilizado no site da SEMAD. Manifestações. Conselheiro Licínio Eustáquio
90 Mol Xavier: “Nós tivemos, na eleição passada, em 15 de novembro, 356 novos
91 gestores municipais. Provavelmente, aqueles secretários que participaram do
92 curso com a Geovana e equipe da SEMAD, uma parcela grande não vai retornar
93 ao quadro de funcionários municipais. Atualmente, os secretários de meio
94 ambiente, de pecuária, agricultura, de obras, que respondem pelo meio ambiente
95 municipal, são indicados pelo prefeito. Nessa troca de prefeito, eu pressuponho
96 que esses secretários deverão ser trocados. A Geovana fala de revitalização do
97 curso no final do primeiro semestre. Está previsto pelo nosso presidente o nosso
98 Congresso Mineiro de Municípios, e eu queria fazer um convite à SEMAD para
99 fazer uma capacitação para esses novos gestores que estão entrando agora, os
100 novos secretários, dentro do nosso congresso. Para tanto, eu abro espaço para
101 vocês, dentro do congresso, de três dias inteiros, para tal fim. Então fica feito o
102 convite da AMM para que sejamos um parceiro efetivo nessas intenções
103 propostas pela Geovana. O nosso congresso está previsto, a princípio, presencial,
104 no Expominas, na última semana de abril. Então fica nosso convite para a
105 Geovana, para a sua pessoa (o presidente da CNR) e a secretária de Meio
106 Ambiente, Dra. Marília.” Geovana Santos/SEMAD: “Agradecemos muito o convite.
107 Muito obrigada pela oportunidade. Vai ser muito proveitoso trabalharmos juntos.
108 Aproveito até para indicar também que, devido à troca de gestores, nós vamos
109 encaminhar um material de nivelamento sobre a importância da educação
110 ambiental, situar sobre o que assumido pelo município.” Conselheira Lígia Vial
111 Vasconcelos: “Primeiro, parabenizar. Nós discutimos há muitos anos essa
112 questão de descentralização de licenciamento dentro do COPAM. É uma
113 competência originária, e eu acho que a SEMAD tem que avançar. E por isso eu
114 parabenizo pelo projeto que vocês estão apresentando. Eu acho que ainda tem
115 muito a avançar, mas, com certeza, é um grande começo, um importante trabalho.
116 Mas eu queria só lembrar que, quando falamos em descentralização – apesar de
117 você ter citado os dados e de ter muito sucesso o programa –, na ponta e na
118 prática – o Licínio sabe disso –, nós vemos que a situação ambiental dos
119 municípios é muito difícil, e essa capacitação não é fácil. Quando trabalhamos
120 diretamente com os municípios, temos visto na prática que o licenciamento é
121 fraco, com diversas infrações ambientais, falta cobrança das compensações
122 mínimas dentro do licenciamento. Quando fazemos um pente-fino, infelizmente,
123 vemos muito problema no licenciamento ambiental. Além da competência

124 originária, quando o Estado delega competência para atividades que
125 originalmente seriam de competência do Estado, ele faz um convênio com o
126 município. Lembrar, por exemplo, que nós estamos tentando com a SEMAD que
127 apresente os relatórios de auditoria desses convênios de alguns municípios, há
128 muito tempo, e não conseguimos a informação desses dados. E apresentando
129 exemplos práticos de falha em licenciamento, inclusive de municípios abrangidos
130 por Mata Atlântica, com grande cobertura de Mata Atlântica, bioma altamente
131 ameaçado de extinção, municípios que estão pleiteando também competência
132 para supressão de Mata Atlântica. Como eu disse, é muito importante, eu acho
133 que o caminho é esse, nós sempre cobramos muita capacitação dos municípios.
134 Eu acho que só assim nós vamos conseguir avançar. Mas lembrar que ainda falta
135 muito e que tem muito gargalo ainda nessa questão de descentralização de
136 licenciamento, principalmente no que se refere a delegação de competência
137 originária da SEMAD para esses municípios, e daí a fiscalização e a atuação da
138 SEMAD junto a esses municípios aos quais foi delegada a competência. Então eu
139 só queria deixar esse comentário, mas, de qualquer forma, parabenizar o trabalho
140 de vocês.” **6) MINUTA DE DELIBERAÇÃO NORMATIVA COPAM PARA EXAME
141 E DELIBERAÇÃO. 6.1) Minuta de Deliberação Normativa COPAM que altera
142 a Deliberação Normativa COPAM nº 217, de 6 de dezembro de 2017.**
143 **Apresentação: SEMAD.** Minuta de deliberação normativa retirada de pauta pela
144 Presidência após apresentação pela SEMAD. A Presidência solicitou que os
145 conselheiros aproveitassem a retirada de pauta para apresentar, na próxima
146 reunião, eventuais contribuições para aprimoramento da norma. Manifestações
147 registradas após a exposição da minuta de DN pela SEMAD. Presidente Yuri
148 Rafael de Oliveira Trovão: “Inicialmente, eu quero agradecer ao Fernando
149 (Baliani, da SEMAD) pela brilhante apresentação. Eu acho que a condição que
150 nós discutimos em relação à decisão apropriada sobre as vistas ou não foi até
151 providencial. Porque eu acho que agora os conselheiros tiveram chance da
152 apresentação feita pelo Fernando, de forma muito elucidativa, com quadro
153 comparativo, colocando o que foi alterado, a exposição dos motivos, que se tratam
154 de alterações normativas muito bem-feitas, requeridas seja pelas Câmaras
155 Técnicas Especializadas seja pelos supervenientes. Então agora os senhores
156 conselheiros têm a possibilidade de ter vista da norma com o comparativo, com a
157 motivação de cada item que foi alterado. Eu peço, mais uma vez, que tratem este
158 momento de retirada de pauta como vista, que não solicitem vista, a não ser que
159 seja estritamente necessário na próxima reunião. E abro para o debate dos
160 senhores conselheiros. Eu vou tratar esse processo como se tivesse mesmo
161 sendo encaminhado para votação, nós iremos, se possível, exaurir as discussões.
162 Alguns conselheiros que queiram vista, obviamente, é porque têm alguma
163 proposta alternativa a ser feita em relação à norma, mas, para aqueles que não
164 têm, o momento é de debater e esclarecer, até mesmo para ganharmos tempo
165 nesta reunião e ganhar mais tempo na reunião seguinte, debatendo só aquilo que
166 os conselheiros iriam trazer de vista, arredondar e votar essa deliberação. Então

167 em discussão, senhores conselheiros. Alguma ponderação a ser feita?”
168 Conselheira Ana Paula Bicalho de Mello: “Eu acho que seria providencial,
169 presidente, que a apresentação fosse disponibilizada e que a nossa minuta de DN
170 também fosse disponibilizada, porque nós vemos, pela apresentação, que um ou
171 outro ponto já foi alterado em relação à minuta disponibilizada. Fora isso, eu tenho
172 um questionamento. Por vezes, coloca-se alguma atividade em alguma listagem
173 industrial ou em alguma outra listagem de A a F, por exemplo, indústria
174 alimentícia, alguma atividade que, de forma similar, é desenvolvida pelo agro, mas
175 com finalidade totalmente diferente. Por exemplo, no agro, o produtor rural vai ter
176 uma eventual moagem de grãos, alguma situação dessa colocada, mas é muito
177 diferente de uma indústria cujo negócio é esse, uma indústria alimentícia cujo
178 negócio é esse, com o propósito comercial. Muitas vezes, são usados os próprios
179 animais da fazenda. Então eu acredito que não deve haver uma possível
180 confusão, isso tem que ter um esclarecimento, porque senão as atividades do
181 agro vão estar sujeitas a múltiplas listagens, como em alguns casos já tem
182 Supram que cobra. No nosso entender, isso é muito complicado. Porque aí tem
183 os custos da listagem G, os custos de outra listagem, que são custos
184 completamente diferentes dos custos do agro. E nós temos custos diferenciados
185 por um motivo. Isso foi, à época, amplamente discutido. E se tira tudo isso que foi
186 discutido, em função de entrada em outra listagem. Então eu queria pedir essa
187 atenção, esse esclarecimento. E, realmente, quando é situação para atender à
188 propriedade rural, jamais deve entrar em outra listagem. Isso é muito complicado.”
189 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Vamos supor, uma moagem, uma
190 pessoa que faz isso com fins comerciais, para vender, faz a moagem de 1
191 tonelada de milho por dia – uma suposição – para venda; e um grande fazendeiro
192 faz essa moagem de 1 tonelada dentro da fazenda para consumo próprio. A
193 capacidade de degradação e poluição, seja para venda, seja para uso próprio, é
194 a mesma. Então é por isso que, às vezes, mesmo na atividade agrossilvipastoril,
195 tem que citar aquela atividade de moagem que é desenvolvida, dentro do mesmo
196 parâmetro. Porque a capacidade, seja para venda, comercial, seja para consumo
197 próprio, é a mesma. Então por isso que deve realmente listar, conforme o decreto
198 exige, todas as atividades desenvolvidas no empreendimento.” Fernando Baliani
199 da Silva/SEMAD: “Eu entendi o questionamento da conselheira, achei pertinente.
200 No entanto, essa atividade tem uma característica. Primeiro, tem um corte
201 interessante de não passível de 5 toneladas/dia de produto. Aqui já temos um
202 corte que, no meu entender, já tira do rol pequenos proprietários, produtores,
203 como ela falou. E ainda que tenha uma capacidade superior e esteja submetido ao
204 licenciamento ambiental, essa atividade tem potencial geral P. Isso implica que
205 ele nunca vai ter uma modalidade diferente de LAS. Por mais que se tenham
206 critérios locacionais e tudo mais, eu não consigo vislumbrar um problema
207 relacionado a uma taxa mais elevada, sendo que ele poderia ter uma atividade de
208 tipologia G – suinocultura, por exemplo –, mas uma fábrica de ração com uma
209 capacidade que o traria para uma classe maior. Eu não vejo possibilidade de isso

210 acontecer, haja vista o fato de todo empreendimento nessa atividade de
211 formulação de rações ser passível de Licenciamento Ambiental Simplificado.”
212 Anderson Silva de Aguiar/SEMAD: “Eu queria só destacar lembrando que a
213 classe do empreendimento se dá pela classe de maior porte daquelas listadas
214 pelo empreendimento que são passíveis de licenciamento. Apenas fortalecendo
215 tudo isso que o Fernando colocou agora de que o empreendimento que tem
216 diversas atividades sendo realizadas, e, no caso aqui da formulação de rações,
217 em que o geral é P, e, como o próprio Fernando já disse, está sujeito a
218 licenciamento LAS, então, possivelmente, isso vai mudar a classificação do
219 empreendimento, se ele já for passível de licenciamento por outras tipologias.”
220 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “O decreto, assim como a DN, exige
221 que ele cite todas as atividades desenvolvidas, e ele será classificado naquela de
222 maior porte e potencial poluidor.” Conselheira Ana Paula Bicalho de Mello: “Só
223 para agregar, eu mencionei também a questão dos custos de análise, que são
224 diferenciados para a listagem G. Isso tem justificativas, já foi amplamente
225 discutido. E quando a pessoa coloca uma atividade em outra classe o que
226 acontece? Ela tem que pagar os custos de análise daquele licenciamento da
227 listagem G – uma fazenda que tem diversas atividades rurais – e entrar nos custos
228 de análise também de atividade industrial. Então, nem seja uma diferenciação,
229 para que os custos, quando se trata de uma fazenda, sejam ressarcidos pelos
230 custos da listagem G e ponto. A não ser que a maior classe seja da outra listagem.
231 Aí, obviamente, não vai ser mais a listagem G que vai ‘puxar o carro’. Mas quando
232 é a listagem G que ‘puxa o carro’, aquela atividade desenvolvida nas fazendas,
233 que os custos sejam referentes apenas à listagem G. Porque senão se perde toda
234 uma discussão que foi feita no passado, toda uma conquista que tivemos no
235 passado, muito discutida, e aí a pessoa ainda tem que pagar duas vezes. Sendo
236 que é superior ainda aos custos da listagem G. Eu queria chamar atenção para
237 isso, se é no texto, se em algum lugar da DN, em algum momento, isso tem que
238 se deixar claro, para que não ocorram, inclusive, cobranças indevidas.” Fernando
239 Baliani da Silva/SEMAD: “Conselheira, eu não tenho essa preocupação, pelo
240 seguinte fato. Esse empreendimento de formulação de rações seria, no máximo,
241 classe 2. Pelo que eu me lembre, as atividades de suinocultura, por exemplo, ou
242 culturas anuais perenes, pelo seu porte e potencial poluidor, seriam, facilmente,
243 no mínimo, empreendimentos classe 2; não teria a possibilidade de serem
244 empreendimentos classe 1. Complementando o que o senhor subsecretário muito
245 bem nos trouxe aqui, que nos rememorou, os empreendimentos que tiverem a
246 mesma classe vão definir qual é a razão de existir deles, se é um empreendimento
247 ou atividade agrossilvi ou se é atividade industrial para formulação de rações.
248 Fazendo isso, implicará que o licenciamento será submetido às taxas pertinentes
249 à tipologia agrossilvipastoril, a tipologia G. Eu não tenho essa preocupação, mas,
250 dada a sua colocação, e considerando que nós vamos fazer um retorno para a
251 próxima pauta, podemos trazer – com a licença de vocês e do presidente – uma
252 apresentação fazendo uma simulação para ficar mais claro para você e os demais

253 conselheiros no momento de deliberação.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira
254 Trovão: “Considerando o que a Ana Paula colocou, talvez seria interessante
255 colocar uma planilha com a ponderação sobre quais atividades poderiam. É um
256 pouco difícil, pois são centenas de atividades, mas, pelo menos, aquelas mais
257 usuais que estão na classe G, que são de outras atividades, para ver qual o custo,
258 se realmente teria isso. Igual nós estávamos aventando aqui a possibilidade, se
259 ele produz ração, mas para consumo próprio, e desenvolve uma atividade
260 agrossilvipastoril; se a atividade é suinocultura ou bovinocultura, por exemplo, ele
261 vai colocar como atividade principal. Então as taxas seriam da classe G, e não dá
262 outra classe de atividade, industrial.” Conselheiro Newton Reis de Oliveira Luz:
263 “Só uma consideração no sentido de que, na hora em que for feita a revisão,
264 verificar a expressão, que, para mim, é mais apropriada. É a sugestão que estou
265 apresentando. É exatamente o texto que está colocado. Inclusive, no chat, eu
266 endereço a minha sugestão.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Onde
267 está o texto ‘em face a’, colocar ‘em face de’ ou ‘em face da’. Essa seria a
268 sugestão de alteração. Mais algum conselheiro? Não há nenhuma dúvida ou
269 alguma questão que queiram que seja colocada? Então, mais uma vez, Fernando,
270 muito obrigado pela apresentação. Eu acho que foi muito elucidativa, e nós
271 ganharemos tempo, na próxima reunião, com apresentação feita e a
272 disponibilização de todo o material.” José Balbino Maia de Figueiredo/Sindicato
273 das Indústrias de Rochas Ornamentais: “Primeiro, parabenizar a todos,
274 cumprimentar a todos os presentes. A respeito do item da pilha de rejeito para
275 rochas ornamentais, gemas, o item A0504-6. Esse item vem compensar uma
276 grande injustiça que foi feita até hoje ao meio ambiente. Meu nome é Balbino, eu
277 sou presidente do Sinrochas, Sindicato das Indústrias de Rochas Ornamentais,
278 vice-presidente da Fiemg, sou minerador de granito. A nossa preocupação, muito
279 grande, principalmente aqui no Vale do Jequitinhonha, é que a grande maioria
280 das pessoas que mineram gemas são pessoas mais simples. São atividades
281 muito pequenas e estavam sendo colocadas para licenciamento da pilha de rejeito
282 como grande, e isso estava tendo um problema muito grande. Porque a grande
283 maioria não fazia o licenciamento. Isso é ruim para a fiscalização, é péssimo para
284 o meio ambiente, péssimo para a competitividade, o governo deixa de receber.
285 Então vem consertar uma injustiça muito grande que foi feita, não de hoje, mas
286 de mais tempo atrás. E parabenizar o corpo técnico da SEMAD que fez esse
287 estudo e que está realmente colocando em boa hora. Isso vai fazer com que todo
288 o setor de gemas no Estado de Minas Gerais, que é o maior produtor de gemas
289 do Brasil, entre para a legalidade. Não vai existir mais nenhum motivo para que a
290 pessoa ou o empreendedor ou a empresa posso justificar dificuldade em
291 licenciamento devido aos custos ou a qualquer coisa assim. Então é a maior
292 importância. Agora uma coisa que eu gostaria de colocar aqui, para nós que de
293 vez em quando participamos da reunião do COPAM. Eu acredito que todos os
294 conselheiros têm bagagem, instrução suficiente para chegar a uma reunião como
295 esta de hoje e já votar o que está sendo colocado em pauta. Me deixa muito triste

296 ver que, antes das explicações, antes de serem colocados todos os detalhes do
297 que está sendo votado, já pediram vista ao processo. Eu acho que todo mundo
298 tem capacidade de fazer o mais rápido possível, e Minas precisa disso, nós
299 precisamos disso, principalmente com essa nova tendência – a lei está aí – para
300 o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais. Tenho certeza de que o grande
301 guardião do cumprimento das leis, que é o Ministério Público, também apoie isso
302 e faça com que as leis e as normas sejam cumpridas a rigor, sendo mais rápido.
303 Então, de repente, pode ser que todos resolvam votar agora, e aí seria muito bom,
304 andaria muito rápido para todos os setores da indústria e de outros segmentos.
305 Então agradeço a todos pela palavra, parabenizo do Yuri, o Anderson, que tem
306 tido um belíssimo trabalho na Subsecretaria de Regularização.” Presidente Yuri
307 Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a participação e volto ao Conselho. Mais
308 alguma manifestação? Então, mais uma vez, muito obrigado ao Fernando, muito
309 obrigado ao Dr. Anderson, pelos esclarecimentos e pela brilhante e elucidativa
310 apresentação. Lembrando que a apresentação vai ficar disponível para os
311 senhores conselheiros. O Fernando já disponibilizou o e-mail dele. Qualquer
312 dúvida, qualquer sugestão, antecipem à equipe para que ela possa trazer, no
313 momento da nossa reunião, as respostas. Lembrando mais uma vez que, embora
314 não se trate de vista, em que, obrigatoriamente, pelo Regimento Interno, volta na
315 próxima reunião, eu vou solicitar à Secretaria Executiva, que traga essa
316 Deliberação para a próxima reunião.” Conselheiro Rafael Maia Nogueira: “Só um
317 questionamento. Como não se trata de um pedido de vista, o nosso relatório
318 encaminharemos e vai ser anexado da mesma forma? Porque eu ia pedir vista,
319 de qualquer forma, porque já vinha pedindo nas outras reuniões. Quando se
320 mandasse uma proposta de DN, mandasse também uma nota técnica, uma
321 apresentação, para fazermos um estudo prévio. Eu ia fazer o pedido, mas, como
322 você retirou de pauta, não faz sentido mais. Mas, tendo elaborado uma nota
323 técnica, podemos encaminhar para ser disponibilizada?” Presidente Yuri Rafael
324 de Oliveira Trovão: “Vamos fazer o seguinte. O mesmo caso se fosse pedido de
325 vista: encaminhar, também para dar possibilidade à Secretaria Executiva de
326 disponibilizar esse material no site. Porque eu falo que todo material encaminhado
327 nós iremos disponibilizar, e às vezes a pessoa disponibiliza um dia antes da
328 reunião. Aí a secretaria, com todo o andamento que faz para preparar a reunião
329 – o que não é pouco trabalho –, não consegue estabelecer um prazo adequado
330 para o parecer de vista. Então vamos fazer o seguinte. Para aqueles conselheiros
331 que tiverem alguma sugestão de alteração ou manifestação que disponibilizarem
332 no prazo regimental, ou seja, no prazo de cinco dias – em relação às vistas –, eu
333 solicito à secretaria que disponibilize no site essa nota técnica feita pelo
334 conselheiro. Então vamos obedecer ao mesmo prazo de vista, ou seja, cinco dias
335 antes da nossa reunião. Os conselheiros que disponibilizarem à secretaria uma
336 nota técnica, nós a disponibilizaremos no site, como fosse em um pedido de vista.”
337 Anderson Silva de Aguiar/SEMAD: “Presidente, só agradecer o seu apoio e a
338 deferência apresentada aqui pelo José Balbino, do Sinrochas, e me colocar à

339 disposição do Conselho. Caso queiram discutir alguns dos pontos da norma antes
340 da reunião que irá acontecer em janeiro, eu e o Fernando, assim como toda a
341 equipe da Suram, estamos à disposição na SEMAD.” **7) PROPOSTA DE**
342 **AGENDA ANUAL PARA AS REUNIÕES DA CÂMARA NORMATIVA E**
343 **RECURSAL (CNR) DO COPAM EM 2021. Apresentação: SEMAD.** Aprovada
344 por unanimidade a agenda de reuniões da Câmara Normativa e Recursal para
345 2021, nos termos da proposta apresentada pela SEMAD. Votos favoráveis:
346 Seapa, Sede, Segov, Crea, Seinfra, PMMG, ALMG, MMA, AMM, Fiemg, Faemg,
347 Ibram, CMI, Conselho da Micro e Pequena Empresa, Amda, Mover, Uemg, Ufla e
348 Assemg. **8) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados,
349 o presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão agradeceu a presença de todos e
350 declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

351
352
353
354
355 **Yuri Rafael de Oliveira Trovão**
356 **Presidente suplente da Câmara Normativa e Recursal**